RESUMO
A educação inclusiva tem se consolidado como importante princípio para a construção de uma escola democrática, acessível e comprometida com o respeito às diferenças humanas. Nesse contexto, a neurodiversidade surge como conceito fundamental para compreender as múltiplas formas de funcionamento neurológico presentes no ambiente escolar, incluindo estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), TDAH, dislexia e outras condições neurodivergentes. O presente artigo tem como objetivo discutir a importância da educação inclusiva no reconhecimento e valorização da neurodiversidade no espaço escolar, analisando os desafios enfrentados pelas instituições de ensino e as possibilidades de construção de práticas pedagógicas mais acessíveis e humanizadas. A pesquisa fundamenta-se em autores como Paulo Freire, Lev Vygotsky e Maria Teresa Eglér Mantoan, cujas contribuições auxiliam na reflexão sobre inclusão, aprendizagem e valorização das diferenças. O estudo evidencia que a inclusão escolar vai além da matrícula do estudante neurodivergente, exigindo transformações pedagógicas, formação docente, acessibilidade e construção de práticas educativas que respeitem as singularidades dos alunos. Além disso, destaca-se que o reconhecimento da neurodiversidade contribui para combater preconceitos, fortalecer a participação social e ampliar as possibilidades de aprendizagem no ambiente escolar. Conclui-se que a escola inclusiva precisa promover uma educação baseada na equidade, no acolhimento e na valorização das múltiplas formas de aprender e interagir, favorecendo o desenvolvimento integral e a participação efetiva de todos os estudantes.

PALAVRAS-CHAVE: Educação inclusiva; neurodiversidade; aprendizagem; inclusão escolar; diversidade.

ABSTRACT
Inclusive education has become an important principle for building a democratic, accessible, and respectful school environment that values human differences. In this context, neurodiversity emerges as a fundamental concept for understanding the multiple forms of neurological functioning present in schools, including students with Autism Spectrum Disorder (ASD), ADHD, dyslexia, and other neurodivergent conditions. This article aims to discuss the importance of inclusive education in recognizing and valuing neurodiversity within the school environment, analyzing the challenges faced by educational institutions and the possibilities for developing more accessible and humanized pedagogical practices. The research is based on authors such as Paulo Freire, Lev Vygotsky, and Maria Teresa Eglér Mantoan, whose contributions support reflections on inclusion, learning, and appreciation of differences. The study demonstrates that school inclusion goes beyond simply enrolling neurodivergent students, requiring pedagogical transformations, teacher training, accessibility, and educational practices that respect students' singularities. Furthermore, recognizing neurodiversity helps combat prejudice, strengthen social participation, and expand learning opportunities within the school environment. It is concluded that inclusive schools must promote education based on equity, acceptance, and appreciation of multiple ways of learning and interacting, fostering the integral development and effective participation of all students.

KEYWORDS: Inclusive education; neurodiversity; learning; school inclusion; diversity.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva tem ocupado posição central nos debates educacionais contemporâneos, especialmente diante da necessidade de construção de uma escola mais democrática, acessível e comprometida com o respeito às diferenças humanas. Nesse contexto, o conceito de neurodiversidade surge como importante perspectiva para compreender as múltiplas formas de funcionamento neurológico presentes no ambiente es-

colar, reconhecendo que cada indivíduo aprende, percebe e interage com o mundo de maneira singular. A valorização da neurodiversidade representa avanço significativo na superação de modelos educacionais excludentes historicamente fundamentados em padrões homogêneos de aprendizagem e comportamento.
Durante muito tempo, estudantes neurodivergentes, como crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), dislexia, disgrafia e outras condições neurológicas, foram marginalizados nos espaços escolares devido à ausência de práticas pedagógicas inclusivas e ao predomínio de concepções centradas na normalização dos sujeitos. Muitas instituições educacionais passaram a interpretar diferenças cognitivas e comportamentais como problemas ou limitações individuais, desconsiderando as potencialidades e especificidades desses estudantes. Essa realidade contribuiu para processos de exclusão, dificuldades de aprendizagem e comprometimento da participação social no ambiente escolar.
O conceito de neurodiversidade propõe uma mudança significativa nesse olhar ao compreender as diferenças neurológicas como manifestações naturais da diversidade humana. Em vez de enxergar o estudante neurodivergente apenas pela perspectiva do déficit, a neurodiversidade reconhece diferentes formas de pensar, aprender e interagir socialmente. Dessa forma, a escola inclusiva precisa romper com práticas pedagógicas padronizadas e desenvolver estratégias capazes de acolher as singularidades dos estudantes.
Segundo Maria Teresa Eglér Mantoan, "incluir é não deixar ninguém de fora da escola comum" (MANTOAN, 2003, p. 16). A reflexão da autora evidencia que a inclusão escolar não se resume à matrícula do estudante com deficiência ou condição neurodivergente, mas exige transformação das práticas pedagógicas, dos currículos e das relações construídas no espaço educativo. A escola inclusiva precisa criar condições para que todos os estudantes participem efetivamente das experiências de aprendizagem, respeitando suas necessidades e potencialidades.
Além disso, a valorização da neurodiversidade está diretamente relacionada ao reconhecimento da aprendizagem como processo plural e heterogêneo. Cada criança possui ritmos, interesses e formas particulares de construir conhecimento. Nesse sentido, a educação inclusiva deve superar modelos rígidos de ensino e promover práticas pedagógicas flexíveis, acessíveis e humanizadas, capazes de favorecer participação, autonomia e desenvolvimento integral dos estudantes.
Segundo Lev Vygotsky, "o aprendizado humano pressupõe uma natureza social específica" (VYGOTSKY, 1998, p. 115). A perspectiva histórico-cultural do autor demonstra que o desenvolvimento infantil ocorre por meio das interações sociais e das experiências mediadas pelo outro. Dessa forma, a escola desempenha papel fundamental na construção de ambientes acolhedores e colaborativos que favoreçam o desenvolvimento das crianças neurodivergentes.
No ambiente escolar, entretanto, muitos desafios ainda dificultam a efetivação da educação inclusiva. A ausência de formação docente adequada, a carência de recursos pedagógicos acessíveis e a permanência de práticas padronizadas de ensino representam obstáculos significativos para a valorização da neurodiversidade. Em muitos casos, estudantes neurodivergentes enfrentam dificuldades relacionadas à socialização, ao preconceito e à falta de compreensão sobre suas especificidades cognitivas e comportamentais.
Além disso, práticas escolares excessivamente centradas na padronização do comportamento e do desempenho acadêmico tendem a desconsiderar diferentes formas de aprendizagem e expressão. Crianças neurodivergentes frequentemente são cobradas para adaptar-se integralmente às normas escolares, sem que a instituição realize mudanças estruturais e pedagógicas capazes de favorecer inclusão e participação efetiva. Essa lógica reforça processos de exclusão e compromete o desenvolvimento emocional e social dos estudantes.
Segundo Paulo Freire, "ensinar exige respeito aos saberes dos educandos" (FREIRE, 1996, p. 30). A reflexão freiriana reforça a importância de reconhecer cada estudante como sujeito singular, portador de experiências, conhecimen-

tos e formas próprias de aprendizagem. A educação inclusiva, nessa perspectiva, deve promover diálogo, acolhimento e valorização das diferenças, rompendo com práticas pedagógicas excludentes e homogêneas.

Outro aspecto relevante refere-se ao papel do professor na construção de práticas pedagógicas inclusivas. O educador precisa desenvolver metodologias diversificadas, estratégias de mediação e formas de avaliação que considerem as especificidades dos estudantes neurodivergentes. A formação continuada torna-se indispensável para ampliar conhecimentos sobre neurodiversidade, acessibilidade pedagógica e educação inclusiva, fortalecendo práticas educativas mais democráticas e humanizadas.

Além disso, a valorização da neurodiversidade no espaço escolar contribui para a construção de uma cultura de respeito às diferenças e combate ao preconceito. Quando a escola reconhece que existem múltiplas formas de aprender e interagir, favorece relações mais empáticas, colaborativas e inclusivas entre estudantes e profissionais da educação. A convivência com a diversidade amplia a consciência social e fortalece valores relacionados aos direitos humanos e à cidadania.

Nesse contexto, torna-se fundamental compreender que a educação inclusiva não beneficia apenas os estudantes neurodivergentes, mas toda a comunidade escolar. Ambientes pedagógicos acessíveis, acolhedores e flexíveis favorecem experiências educativas mais significativas para todos os sujeitos envolvidos no processo de aprendizagem.

Dessa maneira, o presente artigo busca discutir a importância da educação inclusiva e da valorização da neurodiversidade no espaço escolar, refletindo sobre os desafios enfrentados pelas instituições educacionais e sobre as possibilidades de construção de práticas pedagógicas mais acessíveis, humanizadas e comprometidas com o desenvolvimento integral dos estudantes.

NEURODIVERSIDADE E INCLUSÃO ESCOLAR: COMPREENDENDO AS DIFERENÇAS NO AMBIENTE EDUCATIVO

A neurodiversidade representa uma perspectiva contemporânea que reconhece as múltiplas formas de funcionamento neurológico como manifestações naturais da diversidade humana. Esse conceito rompe com visões tradicionais que, durante muito tempo, compreenderam diferenças cognitivas e comportamentais exclusivamente a partir de perspectivas clínicas e patologizantes. No contexto educacional, a neurodiversidade amplia a compreensão sobre aprendizagem e inclusão ao reconhecer que cada estudante possui maneiras singulares de perceber o mundo, processar informações, interagir socialmente e construir conhecimento.

A escola contemporânea convive diariamente com estudantes neurodivergentes, incluindo crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), dislexia, discalculia, altas habilidades e outras condições relacionadas às diferenças neurológicas. Entretanto, muitas instituições educacionais ainda estão estruturadas a partir de modelos homogêneos de ensino que priorizam padronização do comportamento, do ritmo de aprendizagem e das formas de participação em sala de aula. Essa lógica tende a excluir ou invisibilizar estudantes que não correspondem às expectativas tradicionais do sistema escolar.

Historicamente, crianças neurodivergentes foram frequentemente vistas como incapazes de acompanhar o processo educativo regular, sendo afastadas da convivência escolar ou submetidas a práticas pedagógicas limitadoras. O modelo educacional tradicional buscava adaptar o estudante às exigências da escola, desconsiderando suas singularidades cognitivas, emocionais e sociais. Esse processo contribuiu para o fortalecimento de preconceitos e para o comprometimento da autoestima e da participação social de muitos estudantes.

Segundo Maria Teresa Eglér Mantoan, "a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais" (MANTOAN, 2003, p. 16). A autora demonstra que a inclusão escolar não deve ser compreendida apenas como estratégia voltada para determinados grupos, mas como transformação ampla das práticas pedagógicas e das relações construídas na escola. Assim, reconhecer a neurodiversidade significa compreender que todos os estu-

dantes possuem formas particulares de aprender e participar do ambiente educativo.

Além disso, o conceito de neurodiversidade contribui para superar a ideia de normalidade como padrão único de desenvolvimento humano. Cada cérebro funciona de maneira singular, influenciado por fatores biológicos, culturais, emocionais e sociais. Dessa forma, diferenças relacionadas à atenção, linguagem, sensibilidade sensorial, interação social ou processamento das informações não devem ser vistas exclusivamente como limitações, mas como expressões legítimas da diversidade humana.

Segundo Lev Vygotsky, "o aprendizado humano pressupõe uma natureza social específica" (VYGOTSKY, 1998, p. 115). A teoria histórico-cultural do autor demonstra que o desenvolvimento infantil ocorre por meio das interações sociais e das experiências compartilhadas no ambiente educativo. Assim, a inclusão escolar depende da construção de espaços acolhedores e colaborativos que favoreçam participação, pertencimento e desenvolvimento das potencialidades dos estudantes neurodivergentes.

No ambiente escolar, muitas crianças neurodivergentes enfrentam dificuldades relacionadas à adaptação às rotinas rígidas, excesso de estímulos sensoriais, práticas avaliativas padronizadas e ausência de metodologias acessíveis. Estudantes com TEA, por exemplo, podem apresentar sensibilidades sensoriais, dificuldades de interação social ou necessidade de organização previsível da rotina. Crianças com TDAH frequentemente enfrentam desafios relacionados à atenção e ao controle da impulsividade. Já estudantes com dislexia podem encontrar dificuldades na leitura e na escrita em modelos pedagógicos excessivamente tradicionais.

Entretanto, essas diferenças não significam incapacidade de aprendizagem. Pelo contrário, muitos estudantes neurodivergentes apresentam habilidades específicas relacionadas à criatividade, pensamento lógico, memória visual, capacidade de concentração em temas de interesse e resolução diferenciada de problemas. A escola inclusiva precisa reconhecer essas potencialidades e criar estratégias pedagógicas que favoreçam o desenvolvimento integral dos estudantes.

Segundo Howard Gardner, "é de máxima importância reconhecer e estimular todas as variadas inteligências humanas" (GARDNER, 1995, p. 18). A teoria das inteligências múltiplas amplia a compreensão sobre aprendizagem ao demonstrar que os sujeitos possuem diferentes formas de desenvolver competências cognitivas. Nesse sentido, práticas pedagógicas flexíveis e diversificadas tornam-se essenciais para acolher a pluralidade presente no ambiente escolar.

Outro aspecto relevante refere-se aos impactos emocionais provocados pela exclusão e pela incompreensão das diferenças neurológicas. Muitas crianças neurodivergentes enfrentam experiências de preconceito, bullying e isolamento social devido à dificuldade de adaptação aos padrões escolares tradicionais. Essas vivências podem gerar ansiedade, insegurança, baixa autoestima e comprometimento do vínculo com a escola. Assim, a inclusão escolar também envolve cuidado emocional e construção de relações humanas baseadas no respeito e na empatia.

Segundo Henri Wallon, "a afetividade e a inteligência constituem aspectos inseparáveis do desenvolvimento humano" (WALLON, 2007, p. 90). Essa perspectiva demonstra que o processo educativo precisa considerar dimensões emocionais e sociais da aprendizagem, especialmente no trabalho com estudantes neurodivergentes. O acolhimento, a escuta e a valorização das singularidades favorecem maior participação e segurança emocional no ambiente escolar.

Além disso, compreender a neurodiversidade implica reconhecer que inclusão não significa tratar todos os estudantes de maneira idêntica, mas oferecer condições equitativas para participação e aprendizagem. A equidade educacional pressupõe adaptações pedagógicas, flexibilização curricular, metodologias acessíveis e respeito aos diferentes ritmos de desenvolvimento. Dessa forma, a escola inclusiva abandona a lógica da homogeneização e passa a valorizar a diversidade como elemento enriquecedor das relações educativas.

Outro desafio importante refere-se à necessidade de superação de práticas capacitistas presentes no ambiente escolar. O capacitismo manifesta-se quando

estudantes neurodivergentes são vistos apenas pelas limitações ou comparados constantemente aos padrões considerados "normais". Essas atitudes reforçam exclusão e invisibilidade social. A valorização da neurodiversidade exige mudança cultural baseada no reconhecimento das diferenças como parte legítima da condição humana.

Segundo Paulo Freire, "ensinar exige respeito aos saberes dos educandos" (FREIRE, 1996, p. 30). A reflexão freiriana reforça a necessidade de uma educação baseada no diálogo, na valorização das experiências dos estudantes e no reconhecimento de suas singularidades. O professor inclusivo precisa compreender que cada criança aprende de maneira própria e que a diversidade constitui elemento fundamental da prática educativa.

A participação da família também desempenha papel essencial no processo de inclusão escolar. O diálogo entre escola e família favorece compreensão mais ampla das necessidades dos estudantes neurodivergentes e contribui para construção de estratégias pedagógicas mais eficazes. Além disso, famílias acolhidas e orientadas sentem-se mais seguras para participar do desenvolvimento educacional das crianças.

Nesse contexto, a neurodiversidade amplia as discussões sobre inclusão escolar ao propor uma educação comprometida com os direitos humanos, a equidade e a valorização das diferenças. A escola inclusiva precisa reconhecer que não existe um único modelo legítimo de aprendizagem ou comportamento, mas múltiplas formas de desenvolvimento humano que devem ser respeitadas e acolhidas no ambiente educativo.

Portanto, compreender a neurodiversidade no espaço escolar significa reconhecer a pluralidade humana como elemento constitutivo da educação contemporânea. Ao desenvolver práticas pedagógicas inclusivas, acessíveis e humanizadas, a escola contribui para fortalecer autonomia, participação social e desenvolvimento integral dos estudantes neurodivergentes, promovendo uma educação mais democrática, ética e comprometida com a valorização da diversidade.

O PAPEL DA ESCOLA NA CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS

A escola exerce papel fundamental na promoção da educação inclusiva e no reconhecimento da neurodiversidade como elemento legítimo da diversidade humana. Mais do que garantir o acesso físico dos estudantes neurodivergentes ao ambiente escolar, a instituição precisa construir práticas pedagógicas capazes de favorecer participação, pertencimento, aprendizagem e desenvolvimento integral de todos os sujeitos. Nesse contexto, a inclusão escolar exige mudanças estruturais, metodológicas e culturais que ultrapassem modelos tradicionais de ensino baseados na homogeneização dos estudantes.

Historicamente, o sistema educacional brasileiro foi organizado a partir de padrões rígidos de comportamento, aprendizagem e avallação. Durante muito tempo, a escola valorizou práticas pedagógicas centradas na repetição, na memorização e na padronização das experiências educativas. Crianças que apresentavam formas diferentes de aprender, comunicar-se ou interagir frequentemente eram consideradas problemáticas ou incapazes de acompanhar o ritmo escolar tradicional. Essa lógica contribuiu para processos de exclusão e invisibilidade de estudantes neurodivergentes.

Segundo Maria Teresa Eglér Mantoan, "a escola inclusiva propõe um modo de organização do sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos" (MANTOAN, 2003, p. 39). Essa perspectiva demonstra que a inclusão não deve ocorrer apenas por meio de adaptações pontuais, mas por transformações amplas nas práticas pedagógicas e nas relações construídas no ambiente escolar. A escola inclusiva precisa reconhecer que os estudantes possuem diferentes ritmos, habilidades e formas de aprendizagem.

Nesse sentido, as práticas pedagógicas inclusivas tornam-se essenciais para garantir participação efetiva dos estudantes neurodivergentes. Estratégias como flexibilização curricular, uso de recursos visuais, atividades lúdicas, metodologias ativas e diversificação das formas de avaliação favorecem maior acessibilidade e participação no processo educativo. Essas práticas contribuem para reduzir barreiras pedagógicas e ampliar as possibilidades de aprendizagem.

Além disso, o ambiente escolar precisa ser compreendido como espaço de acolhimento e desenvolvimento humano. Muitas crianças neurodivergentes enfrentam dificuldades relacionadas à ansiedade, hipersensibilidade sensorial, dificuldades de socialização e insegurança emocional. Assim, a escola deve construir ambientes seguros, organizados e emocionalmente acolhedores, favorecendo o bem-estar e a participação dos estudantes.

Segundo Henri Wallon, "a emoção é o primeiro vínculo entre o indivíduo e o meio social" (WALLON, 2007, p. 122). A reflexão do autor demonstra que aspectos emocionais desempenham papel central no desenvolvimento infantil e na aprendizagem. Dessa maneira, práticas pedagógicas inclusivas precisam considerar não apenas conteúdos curriculares, mas também dimensões afetivas e sociais da experiência escolar.

Outro aspecto importante refere-se à valorização das potencialidades dos estudantes neurodivergentes. Muitas práticas escolares ainda se concentram exclusivamente nas dificuldades apresentadas pelas crianças, ignorando habilidades, interesses e capacidades específicas. Estudantes com TEA, por exemplo, frequentemente demonstram grande capacidade de concentração em temas de interesse, pensamento lógico e memória detalhada. Crianças com TDAH podem apresentar criatividade, dinamismo e facilidade para atividades interativas. Reconhecer essas potencialidades fortalece autoestima e favorece maior participação no ambiente escolar.

Segundo Howard Gardner, "todos os indivíduos têm potencial para desenvolver diferentes inteligências" (GARDNER, 1995, p. 21). A teoria das inteligências múltiplas amplia a compreensão sobre aprendizagem ao reconhecer que não existe uma única forma legítima de desenvolver competências cognitivas. Assim, a escola inclusiva deve diversificar metodologias e valorizar diferentes formas de expressão e construção do conhecimento.

Além disso, a construção de práticas pedagógicas inclusivas exige superação de modelos centrados exclusivamente no desempenho acadêmico padronizado. Muitas crianças neurodivergentes enfrentam dificuldades em avaliações tradicionais, especialmente aquelas baseadas apenas em provas escritas e atividades repetitivas. A flexibilização das formas de avaliação constitui importante estratégia para garantir equidade educacional e reconhecimento das diferentes formas de aprendizagem.

Outro desafio importante refere-se à necessidade de formação da comunidade escolar para o reconhecimento da neurodiversidade. O desconhecimento sobre diferenças neurológicas frequentemente gera preconceitos, interpretações equivocadas e atitudes discriminatórias no ambiente escolar. A promoção de debates, projetos pedagógicos e ações de conscientização contribui para fortalecer relações mais empáticas e inclusivas entre estudantes, professores e famílias.

Segundo Paulo Freire, "a educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem" (FREIRE, 1987, p. 96). Essa reflexão evidencia que a inclusão escolar exige compromisso ético com o respeito às diferenças e com a construção de relações humanas mais democráticas. O ambiente escolar precisa promover diálogo, escuta e valorização das singularidades dos estudantes neurodivergentes.

A parceria entre escola e família também desempenha papel essencial nesse processo. O diálogo constante entre educadores e responsáveis favorece compreensão mais ampla das necessidades e potencialidades dos estudantes, possibilitando construção de estratégias pedagógicas mais adequadas. Famílias acolhidas e participativas contribuem significativamente para o desenvolvimento emocional e educacional das crianças neurodivergentes.

Outro aspecto relevante refere-se à necessidade de acessibilidade pedagógica e organizacional no espaço escolar. Ambientes muito barulhentos, excesso de estímulos visuais, mudanças bruscas de rotina e ausência de previsibilidade podem dificultar a participação de muitos estudantes neurodivergentes. A organização de espaços mais estruturados e acessíveis favorece maior segurança emocional e participação nas atividades escolares.

Além disso, as metodologias ativas representam importantes possibilidades para fortalecer inclusão e aprendizagem significativa. Estratégias como aprendizagem baseada em projetos, jogos pedagógicos,

oficinas criativas e atividades colaborativas favorecem participação mais dinâmica e respeitam diferentes formas de aprendizagem. Essas práticas tornam o processo educativo mais flexível, participativo e acessível para estudantes neurodivergentes.

Segundo Lev Vygotsky, "aquilo que a criança consegue fazer com ajuda hoje conseguirá fazer sozinha amanhã" (VYGOTSKY, 1998, p. 112). Essa perspectiva evidencia a importância da mediação pedagógica e do apoio social no desenvolvimento infantil. A escola inclusiva precisa oferecer suporte adequado para que os estudantes neurodivergentes desenvolvam autonomia e confiança em suas capacidades.

Nesse contexto, a construção de práticas pedagógicas inclusivas depende do compromisso coletivo da comunidade escolar. Gestores, professores, famílias e demais profissionais da educação precisam atuar de maneira colaborativa para promover acessibilidade, respeito e valorização da diversidade humana no ambiente escolar.

Portanto, o papel da escola na valorização da neurodiversidade consiste em construir práticas pedagógicas acessíveis, acolhedoras e comprometidas com a equidade educacional. Ao reconhecer diferentes formas de aprender e participar, a escola contribui para fortalecer autonomia, autoestima e desenvolvimento integral dos estudantes neurodivergentes, promovendo uma educação mais democrática, humanizada e inclusiva.

FORMAÇÃO DOCENTE E DESAFIOS DA INCLUSÃO NA PERSPECTIVA DA NEURODIVERSIDADE

A formação docente constitui um dos elementos mais importantes para a efetivação da educação inclusiva e para o reconhecimento da neurodiversidade no espaço escolar. O professor ocupa posição central na construção das experiências educativas e no desenvolvimento de práticas pedagógicas capazes de acolher as múltiplas formas de aprendizagem presentes na contemporaneidade. Nesse contexto, a inclusão de estudantes neurodivergentes exige não apenas boa vontade do educador, mas também formação crítica, preparo pedagógico e compreensão ampla sobre as singularidades cognitivas, emocionais e sociais dos estudantes.

Historicamente, a formação de professores esteve fundamentada em modelos educacionais tradicionais que priorizavam práticas homogêneas de ensino e aprendizagem. Durante muitos anos, os cursos de formação docente pouco abordaram questões relacionadas à educação inclusiva, às diferenças neurológicas e às metodologias acessíveis. Como consequência, muitos professores ingressaram no ambiente escolar sem preparo adequado para lidar com a diversidade presente nas salas de aula.

A ausência de formação específica sobre neurodiversidade ainda representa um dos principais desafios enfrentados pelas instituições educacionais. Muitos educadores relatam insegurança diante de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), TDAH, dislexia e outras condições neurodivergentes, especialmente pela dificuldade em compreender comportamentos, necessidades pedagógicas e estratégias de mediação adequadas. Essa realidade pode gerar práticas excludentes, interpretações equivocadas e dificuldades na construção de experiências educativas inclusivas.

Segundo António Nóvoa, "a formação não se constrói por acumulação de cursos, conhecimentos ou técnicas, mas através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas" (NÓVOA, 1992, p. 25). Essa reflexão demonstra que a atuação docente inclusiva exige processo contínuo de reflexão e reconstrução pedagógica. O professor precisa desenvolver olhar sensível diante das diferenças humanas e compreender que inclusão escolar implica transformação permanente das práticas educativas.

Além disso, a valorização da neurodiversidade exige superação de concepções capacitistas ainda presentes em muitos contextos escolares. O capacitismo manifesta-se quando estudantes neurodivergentes são vistos apenas pelas dificuldades ou comparados constantemente a padrões considerados "normais". Essas práticas reforçam exclusão, comprometem autoestima e dificultam participação social. O professor inclusivo precisa reconhecer potencialidades, interesses e formas particulares de aprendizagem dos estudantes neurodivergentes.

Segundo Paulo Freire, "não há docência sem discência" (FREIRE, 1996, p. 25).

A perspectiva freiriana evidencia que o professor também aprende no processo educativo, construindo conhecimento por meio do diálogo e das relações estabelecidas com os estudantes. Dessa forma, a inclusão exige abertura para ouvir, compreender e aprender com as singularidades presentes na sala de aula.
Outro desafio importante refere-se às condições estruturais enfrentadas pelos professores no cotidiano escolar. Turmas numerosas, excesso de demandas burocráticas, ausência de profissionais de apoio e falta de materiais pedagógicos acessíveis dificultam o desenvolvimento de práticas inclusivas. Muitos educadores enfrentam sobrecarga de trabalho e encontram limitações institucionais para oferecer acompanhamento individualizado aos estudantes neurodivergentes.
Além disso, a escola frequentemente mantém práticas avaliativas rígidas e padronizadas que desconsideram diferentes formas de aprendizagem. Crianças neurodivergentes podem apresentar dificuldades em avaliações tradicionais baseadas exclusivamente em leitura, escrita e memorização. O professor precisa desenvolver estratégias avaliativas mais flexíveis, valorizando processos de aprendizagem, participação e desenvolvimento individual dos estudantes.
Segundo Maria Teresa Eglér Mantoan, "a inclusão é uma provocação cuja intenção é melhorar a qualidade do ensino das escolas" (MANTOAN, 2003, p. 21). A autora demonstra que a inclusão escolar beneficia toda a comunidade educativa ao estimular práticas pedagógicas mais humanas, diversificadas e acessíveis.
Assim, a valorização da neurodiversidade não favorece apenas estudantes neurodivergentes, mas contribui para transformar o ambiente escolar em espaço mais democrático e acolhedor.
Outro aspecto relevante refere-se à necessidade de metodologias pedagógicas diversificadas. O professor inclusivo precisa utilizar recursos visuais, atividades práticas, metodologias ativas, jogos pedagógicos, rotinas organizadas e estratégias de mediação que favoreçam diferentes formas de aprendizagem. Essas práticas tornam o ambiente escolar mais acessível e possibilitam maior participação dos estudantes neurodivergentes.
Segundo Lev Vygotsky, "aquilo que a criança consegue fazer com assistência hoje conseguirá fazer sozinha amanhã" (VYGOTSKY, 1998, p. 112). Essa reflexão evidencia a importância da mediação pedagógica no desenvolvimento infantil. O professor, ao oferecer apoio adequado e experiências acessíveis, contribui para fortalecer autonomia e desenvolvimento das potencialidades dos estudantes neurodivergentes.
A dimensão afetiva também desempenha papel essencial na inclusão escolar. Muitas crianças neurodivergentes enfrentam experiências de exclusão, bullying e incompreensão social, o que pode gerar ansiedade, insegurança e dificuldades emocionais. O acolhimento, a escuta sensível e a construção de vínculos afetivos favorecem maior segurança emocional e participação no ambiente escolar.
Segundo Henri Wallon, "a afetividade ocupa lugar central no desenvolvimento da personalidade" (WALLON, 2007, p. 91). Dessa forma, o trabalho pedagógico inclusivo precisa considerar aspectos emocionais e sociais envolvidos no processo educativo, reconhecendo que aprendizagem e afetividade são dimensões inseparáveis do desenvolvimento humano.
Além disso, a formação continuada torna-se indispensável para fortalecer práticas pedagógicas inclusivas. O avanço das discussões sobre neurodiversidade exige que os educadores ampliem constantemente seus conhecimentos sobre acessibilidade, metodologias diferenciadas e direitos educacionais dos estudantes neurodivergentes. A formação permanente contribui para ampliar segurança profissional e aperfeiçoar estratégias pedagógicas mais humanizadas.
Outro ponto importante refere-se à necessidade de trabalho colaborativo entre professores, equipe gestora, profissionais especializados e famílias. A inclusão escolar não deve ser responsabilidade isolada do professor, mas compromisso coletivo da comunidade escolar. O diálogo entre os diferentes profissionais favorece construção de estratégias mais eficazes e fortalece acompanhamento do desenvolvimento dos estudantes.
Segundo Howard Gardner, "é importante reconhecer que todos os indivíduos têm diferentes combinações de inteligências" (GARDNER, 1995, p. 36). Essa perspectiva reforça a necessidade de uma educação que valorize pluralidade de habilidades

e diferentes formas de aprendizagem presentes no ambiente escolar.
Nesse contexto, a formação docente representa instrumento fundamental para construção de uma escola verdadeiramente inclusiva. Investir na preparação dos professores significa fortalecer práticas pedagógicas mais acessíveis, combater preconceitos e ampliar possibilidades de aprendizagem e participação social dos estudantes neurodivergentes.
Portanto, os desafios da inclusão na perspectiva da neurodiversidade exigem transformação das práticas educativas, fortalecimento da formação docente e construção de uma cultura escolar baseada no respeito às diferenças humanas. O professor inclusivo atua como mediador do conhecimento e agente de transformação social, contribuindo para a construção de uma educação mais democrática, humanizada e comprometida com a valorização da diversidade.

CONCLUSÃO

A educação inclusiva e a valorização da neurodiversidade no espaço escolar representam importantes avanços na construção de uma escola mais democrática, humanizada e comprometida com os direitos humanos. Ao longo deste estudo, foi possível compreender que a neurodiversidade amplia a visão sobre aprendizagem e desenvolvimento humano ao reconhecer que cada sujeito possui formas singulares de pensar, aprender, comunicar-se e interagir socialmente.
Nesse contexto, a escola contemporânea precisa superar modelos pedagógicos homogêneos e construir práticas educativas que respeitem as múltiplas formas de existência presentes no ambiente escolar.
As discussões apresentadas evidenciaram que estudantes neurodivergentes, como crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), TDAH, dislexia e outras diferenças neurológicas, historicamente enfrentaram processos de exclusão, invisibilidade e inadequação nos sistemas educacionais tradicionais. A permanência de práticas escolares centradas na padronização do comportamento e da aprendizagem contribuiu para dificuldades relacionadas à participação social, autoestima e desenvolvimento educacional desses estudantes.
As contribuições teóricas de Paulo Freire, Lev Vygotsky, Maria Teresa Eglér Mantoan, Henri Wallon e Howard Gardner permitiram compreender que a inclusão escolar depende da construção de práticas pedagógicas acessíveis, afetivas e flexíveis, capazes de reconhecer as singularidades dos estudantes e valorizar suas potencialidades. A educação inclusiva, nessa perspectiva, exige transformação das metodologias de ensino, das formas de avaliação e das relações estabelecidas no ambiente escolar.
Além disso, verificou-se que o professor exerce papel fundamental na promoção da inclusão e no fortalecimento da neurodiversidade no espaço educativo. A atuação docente baseada na escuta, no acolhimento e na mediação pedagógica contribui para ampliar as possibilidades de aprendizagem e participação dos estudantes neurodivergentes. Entretanto, o estudo também evidenciou desafios relacionados à formação docente, à ausência de recursos pedagógicos acessíveis e às limitações estruturais ainda presentes em muitas instituições escolares.
Outro aspecto relevante refere-se à necessidade de construção de uma cultura escolar baseada no respeito às diferenças humanas. A valorização da neurodiversidade contribui para combater preconceitos, fortalecer relações empáticas e ampliar a consciência social sobre inclusão e equidade educacional. Nesse sentido, a educação inclusiva beneficia não apenas estudantes neurodivergentes, mas toda a comunidade escolar, ao promover convivência democrática e valorização da diversidade.
Conclui-se, portanto, que a inclusão escolar precisa ultrapassar práticas superficiais e assumir compromisso efetivo com a construção de ambientes educativos acessíveis, acolhedores e humanizados. Reconhecer a neurodiversidade significa compreender que existem múltiplas formas de aprender, sentir e participar do mundo. Dessa forma, a escola inclusiva deve promover oportunidades equitativas de desenvolvimento, participação e aprendizagem, contribuindo para formação de sujeitos autônomos, críticos e socialmente participativos.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.

25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GARDNER, Howard. Estruturas da mente: a teoria das inteligências múltiplas. Porto Alegre: Artmed, 1995.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

NÓVOA, António. Os professores e sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

VYGOTSKY, Lev Semionovich. A formação social da mente. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

WALLON, Henri. A evolução psicológica da criança. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: Ministério da Educação, 2008.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Presidência da República, 2015.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

BEYER, Hugo Otto. Inclusão e avaliação na escola. Porto Alegre: Mediação, 2005.